

## *Por um Brasil mais Justo*

*Malak El Chichini Poppovic\**



O Conselho da Comunidade Solidária completou, em fevereiro de 1998, três anos de existência. Foram três anos de experimentação e aprendizado, na busca de novas formas de enfrentamento da exclusão social e da pobreza.

Os resultados foram encorajadores. Criou-se um modelo de atuação social, baseado no princípio da parceria: sociedade e governo trabalhando juntos para promover o

desenvolvimento social. Neste sentido, a Comunidade Solidária reforça uma nova concepção das democracias contemporâneas, para as quais o Estado não é o único responsável pela questão social, e abre-se ao diálogo com a sociedade e à participação dos cidadãos.

Mas a questão do combate à pobreza e à exclusão social tem que ser examinada também sob o ponto de vista dos direitos humanos e do processo democrático. Essa concepção corrobora as posições expressas na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena em 1993 no que diz respeito à interdependência e à indivisibilidade das três gerações de direitos: os direitos políticos e sociais (liberdade), os direitos econômicos, sociais e culturais (igualdade) e a solidariedade (fraternidade).

Se, no fim dos anos setenta, o restabelecimento da democracia assegurou os direitos políticos e civis no Brasil e na América Latina, estes países estão ainda lutando, vinte anos depois, contra uma herança histórica de desigualdade e injustiça social.

Ora, hoje, existe um consenso de que as violações inerentes às estruturas econômicas e sociais de um país têm um efeito tão destrutor sobre os princípios democráticos quanto as violações bem conhecidas de direitos políticos e civis. A grande diferença entre as duas formas de violações é que, no primeiro caso, o Estado não pode resolver sozinho os graves problemas sociais do país. A sociedade civil tem que se mobilizar para acabar com essas distorções seculares.

Concebido a partir desta constatação, o Conselho da Comunidade Solidária é um instrumento de combate à desigualdade e à exclusão social, por meio de parceria entre Estado e sociedade. É formado por 11 Ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil, com atuação reconhecida em organizações não-governamentais (ONGs), instituições religiosas, acadêmicas e culturais. e empresas públicas e privadas. Sua característica inovadora é a soma

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

de esforços com base no espírito de solidariedade - governo e sociedade buscando soluções para melhorar a qualidade de vida de parcelas excluídas da população.

É importante ressaltar que, além do Conselho, cujo trabalho é descrito neste artigo, a Comunidade Solidária tem uma Secretaria Executiva, que articula administrações federais, estaduais e municipais, para tornar mais eficientes as políticas sociais do Governo (ver box ao final do artigo).

### **Papel e Atuação do Conselho**

O Conselho da Comunidade Solidária procura meios para fortalecer a atuação da sociedade civil, articulando-a com a ação governamental na área social. Na prática, o Conselho é um espaço para promoção de parcerias, mobilização de instituições e estabelecimento de um diálogo entre os vários parceiros governamentais e não governamentais.

Nesta relação de parceria, os papéis de cada um dos protagonistas e as interações devem ser bem definidas. Cabe ao Estado garantir os direitos universais fundamentais dos seus cidadãos nas áreas de saúde, educação, cultura e moradia. A sociedade, por sua parte, tem o direito e o dever de reivindicar um tratamento equitativo para todos e de ser uma aliada de peso para promover serviços às populações mais desfavorecidas e defensora dos direitos dos grupos vulneráveis.

Ao longo de mais de três anos de trabalho do Conselho, Estado e sociedade foram aprendendo a trabalhar juntos e a somar esforços e competência no que cada um faz melhor.

A atuação do Conselho se desenvolve basicamente em três frentes de trabalho: programas inovadores de desenvolvimento social; ações de fortalecimento da sociedade civil e interlocução política, na busca de soluções para os temas prioritários da agenda social.

### **Programas Inovadores**

Não saber ler nem escrever, não possuir uma profissão ou uma orientação na vida, são formas de exclusão das quais padecem hoje milhares de jovens meninos e meninas no nosso país.

O Conselho estimulou e apoiou a constituição de parcerias para execução de programas para jovens, em áreas estratégicas que não são devidamente cobertas por programas governamentais ou privados.

São três os programas que buscam criar modelos inovadores, eficientes, participativos e descentralizados de relacionamento entre múltiplos atores, públicos e privados: Alfabetização Solidária, Capacitação Solidária e Universidade Solidária.

Testados como projetos-piloto, esses programas são avaliados e aperfeiçoados com vistas à sistematização das lições dessas experiências. O objetivo é construir novos modelos e *modus operandi* de atuação na área social, que possam ser ampliados e replicados para atender às demandas da sociedade. Na medida do possível, é importante que a autonomia dessas

iniciativas seja assegurada e a responsabilidade de sustentação assumida, a longo prazo, pelos parceiros.

### 1- Alfabetização Solidária

Criado para atender prioritariamente jovens entre 12 e 18 anos que não sabem ler nem escrever, o Programa Alfabetização Solidária implantou seu projeto piloto nos municípios com as mais altas taxas de analfabetismo do País, (superiores a 55% da população jovem, ou seja mais de quatro vezes a média nacional), situados nas regiões Norte e Nordeste. Hoje, o Programa continua a atuar nos municípios com os maiores índices de analfabetismo entre jovens (veja quadro 1).

**Quadro 1 - Evolução do Programa Alfabetização Solidária**

	<b>Módulo I**</b>	<b>Módulo II</b>	<b>Módulo III</b>	<b>Módulo IV</b>
	Jan/dez 97	Jul/dez 97	Jan/Jul 98	Jul/Dez 98
<b>Estudantes</b>	9.150	30.000	35.900	200.000
<b>Alfabetizadores</b>	442	1.479	1.833	10.000
<b>Municípios / Taxas de Analfabetismo*</b>	38 55%	120 48%	148 42%	580 40%
<b>Empresas</b>	11	21	42	49
<b>Universidades</b>	38	80	105	139

\* Índices de analfabetismo na faixa de 15 a 19 anos (censo de 1991)

\*\* Projeto piloto

O Programa Alfabetização Solidária foi desenhado para alcançar aquelas localidades que não têm nenhum trabalho deste tipo em execução. Seis parceiros dividem entre si as tarefas:

- O Programa Alfabetização Solidária identifica os municípios e mobiliza os parceiros.
- As universidades e seus professores adotam voluntariamente um ou mais municípios; desenvolvem seus projetos de cursos; selecionam e capacitam, em sua sede, coordenadores e alfabetizadores das próprias comunidades; e avaliam o trabalho.
- O Crub (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) articula as universidades.
- As empresas adotam um ou mais municípios e cobrem metade dos custos.
- O MEC distribui material didático de apoio e bibliotecas, e financia a outra metade dos custos.
- As prefeituras garantem instalações para as aulas e apóiam a coordenação.

Os módulos são de seis meses: um mês para capacitação dos alfabetizadores nas universidades, e cinco para o curso de alfabetização nas comunidades. Congregando esforços de múltiplos atores e mobilizando a própria comunidade, é possível alfabetizar cada aluno ao custo de R\$ 34,00 por mês, investimento dividido meio a meio entre o MEC e as empresas participantes.

O objetivo do Programa é o de motivar os alunos a voltar à escola ou a escolher uma profissão. Para isso, começou a oferecer em 1998, em parceria com o MEC e o Ministério do Trabalho, curso supletivo profissionalizante para complementar os módulos de alfabetização.

Alfabetização Solidária está mudando a vida de muita gente e abrindo novas perspectivas para a comunidade. Desenhado para atender prioritariamente jovens, o Programa leva para as salas de aula famílias inteiras ( perto da metade dos alunos são adultos). Novos horizontes se abrem para os alfabetizadores, que passam um mês de capacitação na sede das universidades, conhecendo outras realidades, já que o programa de capacitação inclui visitas às principais atrações culturais da cidade. Enriquecidos desta experiência, voltam para compartilhá-la com os alunos e a comunidade. Além do mais, muitos desses jovens alfabetizadores sem atividades definidas, voltam a ter oportunidades de emprego, especialmente na rede regular de ensino. As universidades, que têm autonomia pedagógica para uso do material do MEC, estão adotando métodos que motivem as comunidades a frequentar as aulas depois de dias cansativos de trabalho.

Parcerias voluntárias, trabalho criativo, participação comunitária, descentralização e respeito à diversidade cultural, avaliação constante dos resultados e prestação de contas são alguns dos ingredientes que explicam o tremendo êxito do programa e sua formidável expansão em menos de dois anos.

O projeto piloto, lançado em janeiro de 1997, em 38 municípios atendeu a pouco mais de nove mil alunos. A avaliação do segundo módulo (julho a dezembro de 1997) mostra que 74% dos alunos matriculados aprenderam a ler e escrever palavras, frases ou pequenos textos. Dezoito meses depois, já estava sendo alfabetizados 75 mil alunos em 148 municípios, onde as taxas de analfabetismo são as mais elevadas do País. Em julho de 1998, a expansão do Programa está garantida para 580 municípios, entre os quais 460 em regiões afetadas pela seca. Duzentos mil alunos serão alfabetizados nesse quarto módulo do Programa.

## 2- Capacitação Solidária

Trata-se de um programa de capacitação dirigido a jovens de 14 a 21 anos que vivem nas regiões metropolitanas, sem escolaridade suficiente e sem oportunidades de formação profissional, oriundos de famílias de baixa renda. O objetivo é explorar brechas em um mercado de trabalho em processo de transformação, que abram oportunidades de inclusão para estes jovens. A maioria deles recebe poucos incentivos para permanecer na escola regular e não possui o nível desejado para ingressar em escolas vocacionais existentes; por causa disso, é preciso achar alternativas que não reproduzam no futuro o que está acontecendo com os trabalhadores adultos, e que os protejam das ameaças de delinquência ligada às atividades ilegais.

A mesma filosofia de parceria se aplica a este programa, mas os atores são diferentes: organizações não-governamentais (ONGs), empresas (públicas e privadas, confederações e federações de indústria e comércio) e a Associação de Apoio ao Programa da Comunidade Solidária (AAPCS).

Neste caso, o programa está sendo executado por pequenas organizações sem fins lucrativos, mais conhecidas como ONGs, que trabalham com grupos de jovens nas próprias comunidades. Elas têm a capacidade de adaptar os cursos às condições e necessidades locais e de valorizar as expectativas específicas dos jovens, de acordo com o segmento social a que pertencem, o lugar onde vivem e sua cultura.

A escolha de projetos se faz através de concursos, dos quais participam as ONGs que queiram apresentar projetos de capacitação profissional. Os projetos inscritos são avaliados e selecionados por um Comitê Técnico Avaliador, formado por professores universitários e especialistas em capacitação profissional. A Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária (AAPCS), também uma ONG, organiza os concursos, capta recursos das empresas e os repassa às ONGs para financiamento dos projetos selecionados.

Entre os projetos selecionados, encontram-se as mais variadas propostas de capacitação, entre outras, produção e animação de festas infantis, estética étnica de cabeleireiros, vestuário e ornamentação afro-brasileira, reciclagem de papel, prevenção sanitária e ambiental, ornamentação floral, chapelaria e artesanato de Carnaval, fotografia, informática, enfermagem, produção de vídeo e televisão.

A duração total dos curso é de seis meses. Eles se dividem em um módulo básico, que consiste no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos escolares e em atividades que promovam a auto-estima e cidadania; e um módulo específico de desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício da capacitação escolhida. O curso procura providenciar também uma vivência prática, ou estágio, que ofereça condições para o aprimoramento das habilidades adquiridas.

O Capacitação Solidária se preocupou também em fortalecer a capacidade institucional das organizações não-governamentais por meio de um Programa de Gestores Sociais. O resultado foi a melhoria da qualidade e o aumento dos projetos apresentados pelas ONGs.

Com os bons resultados obtidos no seu projeto piloto nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro em 1996, o programa foi ampliado para Porto Alegre, Fortaleza e Belém. (*ver quadro 2*). Um esforço especial de arrecadação de fundos está sendo feito junto ao empresariado para que se possa incluir um número maior de projetos de ONGs em 1999.

## **Quadro 2 - Evolução do Programa Capacitação Solidária**

<b>Concurso</b>	<b>ONGs</b>	<b>Cursos</b>	<b>Alunos</b>
<b>São Paulo and Rio de Janeiro</b> (Março 1996)	33	70	1.073
<b>Porto Alegre</b> (Dezembro 1996)	28	41	800

<b>Porto Alegre</b> (Dezembro 1996)	28	41	800
<b>Rio de Janeiro</b> (Fevereiro 1997)	70	84	2.420
<b>São Paulo</b> (Fevereiro 1997)	28	44	1.023
<b>Fortaleza</b> (Setembro 1997)	48	70	1.974
<b>Belém</b> (Setembro 1997)	31	39	1.169
<b>Rio de Janeiro</b> (Jan/Dez 1998 )	113	192	5.365
<b>Porto Alegre</b> (Jan/Dez 1998 )	48	56	1.649
<b>Recife e São Paulo.</b> (Jan/Dez 1998 )*	180	230	5.500

\* *Números estimados*

### 3- Universidade Solidária

De natureza diferente, este terceiro programa é baseado na troca de experiências e na integração de diferentes regiões do país. Consiste na mobilização de jovens universitários, que têm a oportunidade de conhecer melhor a realidade do país e participar de um exercício de responsabilidade social, em viagens a municípios com altos índices de pobreza nas regiões Norte e Nordeste do país.

Coordenados por professores de suas universidades, os estudantes divulgam informações e promovem atividades para a melhoria das condições de saúde, educação e organização das comunidades. Este trabalho educativo é feito, prioritariamente, com lideranças locais - professores da rede escolar e agentes comunitários de saúde, entre outros - que possam atuar como agentes multiplicadores.

O Programa Universidade Solidária resulta de uma iniciativa envolvendo o Conselho da Comunidade Solidária, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o MEC. Sua realização foi possível graças a parceria voluntária das universidades, prefeituras, Forças Armadas, empresas públicas e privadas e entidades sem fins lucrativos.

Durante estes três anos, o Universidade Solidária levou perto de quatro mil estudantes a centenas de municípios das regiões Norte e Nordeste (ver quadro 3). A criatividade dos alunos e professores tem desencadeado práticas inovadoras e deixado raízes nos municípios e

nas universidades. São freqüentes os casos de universidades que continuam colaborando com os municípios depois de terminadas as três semanas de trabalho de campo. Além do mais, o Programa incentivou o intercâmbio de universitários e o maior entrosamento entre as universidades brasileiras.

### **Quadro 3 - Evolução do Programa Universidade Solidária**

<b>Ano</b>	<b>96</b>	<b>97*</b>	<b>98</b>
<b>Universidades parceiras</b>	58	70	120
<b>Equipes**</b>	99	76	217
<b>Municípios</b>	98	74	195

\* Em 1997, o número de municípios foi reduzido em função das eleições municipais.

\*\* As equipes são formadas de 10 alunos e um professor

### **Fortalecimento da Sociedade Civil**

Um dos objetivos da Comunidade Solidária é promover a participação ativa da sociedade civil, por meio das entidades sem fins lucrativos também conhecidas como Terceiro Setor, na prestação de serviços sociais e na luta contra a pobreza.

O Terceiro Setor, não governamental e não lucrativo, é uma realidade nova, complexa e pouco conhecida no Brasil. Durante os últimos 20 anos, marcados pela consolidação da democracia e o fortalecimento da cidadania, multiplicaram-se as organizações da sociedade civil voltadas para a defesa de direitos, a prestação de serviços sociais, a proteção do meio ambiente e da cultura.

A emergência do Terceiro Setor mudou as regras do jogo, tanto no Brasil como na maioria dos outros países do mundo. Rompeu a dicotomia tradicional entre as esferas pública e privada, onde privado era sinônimo de economia de mercado, e público de governo. Em oposição às regras impessoais do Estado e as leis do mercado, o Terceiro Setor propõe uma fórmula de "ação privada para o bem público". Esta nova lógica introduziu uma diversidade na dinâmica social dos países, que contribui para a consolidação da democracia.

Para propiciar melhores condições de atuação do Terceiro Setor, foi criado, no fim de 1996, o Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil, contando com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Fundação Banco do Brasil (FBB), que desenvolve três linhas principais de ação.

#### **1. Programa Voluntário**

Este programa promove um novo modelo de voluntariado no país, baseado na participação responsável e solidária dos cidadãos em iniciativas concretas de combate à exclusão social e

melhoria da qualidade de vida em comum.

Planejado a partir de 1996 e lançado oficialmente em novembro de 1997, o Programa Voluntários decidiu investir na criação de centros de voluntários nas grandes cidades, junto com as administrações locais, empresas, fundações, associações de bairro e outras organizações da sociedade civil.

Formaram-se, a título experimental, onze centros em dez capitais e uma cidade do interior: Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo e Limeira (SP), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Curitiba (PR), Brasília (DF), Salvador (BA), Recife (PE) e Florianópolis (SC). São organizações autônomas, oriundas da comunidade, com fortes raízes em sua realidade local.

Por três anos, os centros recebem assessoria técnica por sua constituição e capacitação do Programa Voluntários, e recursos financeiros decrescentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para se tornar auto-sustentáveis ao fim desse prazo.

## **2. Rede de Informações para o Terceiro Setor - Rits**

Com o objetivo de disseminar informações e facilitar a interação entre entidades públicas e privadas e organizações da sociedade civil, foi criada a Rede de Informações para o Terceiro Setor. Trata-se de uma rede virtual, apoiada na Internet, que divulga informações sobre arrecadação de fundos, suporte jurídico, troca de voluntários, oportunidades de treinamento e modelos de parcerias, entre outras. Além de aproximar as organizações da sociedade civil e de seus parceiros, a Rits está preenchendo a lacuna de informações confiáveis que existe no âmbito do Terceiro Setor.

## **3. A Mudança do Marco Legal do Terceiro Setor**

A legislação que rege as organizações sem fins lucrativos que compõem o chamado Terceiro Setor tem sido um obstáculo ao seu pleno desenvolvimento. Para mudar e inovar essa legislação, o Conselho da Comunidade Solidária identificou os principais problemas e as soluções por meio de consulta e intenso diálogo com mais de 90 representantes da sociedade civil e governo e através de pesquisas. As mudanças resultantes são as seguintes: a) criação de um novo sistema que simplifica o registro institucional para as Organizações da Sociedade Civil de Caráter Público; b) criação de um instrumento de fomento chamado Termo de Parceria para a realização de projetos entre o poder público e essas organizações; c) modificação do regulamento do imposto de renda permitindo dedução para as doações.

Atualmente, essas propostas estão em fase final de análise técnica para imediata formalização legal. Essa mudança do Marco Legal propiciará condições para o fortalecimento e desenvolvimento do Terceiro Setor no país.

## **Interlocução Política**

A terceira frente de atuação do Conselho é a Interlocução Política. Trata-se de um espaço

dedicado à promoção do entendimento entre governo e sociedade civil em relação aos temas estratégicos que devem compor a Agenda Mínima Social, com definição de prioridades, medidas e instrumentos de ação social para o enfrentamento da fome, da pobreza e da exclusão social. O objetivo é fazer convergir esforços e as ações desses atores com base nas prioridades e consensos definidos nas Rodadas de Interlocação para a promoção do desenvolvimento social. Na reunião do Conselho são ratificados os consensos e são aprovados os encaminhamentos, com responsáveis designados e prazos para execução.

Da parte do Governo, participam os Ministros de Estado relacionados ao tema em foco e seus representantes, bem como técnicos governamentais da área em questão e a Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária. Da parte da Sociedade, participam o empresariado, em geral através de representantes de entidades de classe, sindicatos e movimentos sociais, ONGs, intelectuais, especialistas da matéria, bem como os Conselheiros da Comunidade Solidária.

Até o momento, realizaram-se oito rodadas de Interlocação: Reforma Agrária, Renda Mínima e Educação Fundamental, Segurança Alimentar e Nutricional, Criança e Adolescente, Alternativas de Ocupação e Renda, Marco Legal do Terceiro Setor, Síntese Preliminar da Agenda Social, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, Continuação do Marco Legal do Terceiro Setor. O próximo tema tratado será Política Urbana.

O trabalho do Conselho visa estimular o surgimento de soluções, agilizar e acompanhar a implementação de providências, contribuindo para remover obstáculos e superar impasses que comprometem as ações que devem ser empreendidas. Ao fim do processo de negociação, governo e sociedade assumem compromissos claros, com a definição de uma pauta de ação comum. "O compromisso de transparência entre as partes – condição para o êxito de qualquer processo de interlocação – foi mantido, e a diversidade de opiniões não apenas foi respeitada, mas trazida ao debate para enriquecê-lo", explica Ruth Cardoso, Presidente do Conselho da Comunidade Solidária.

Assim como as duas outras linhas de ação da Comunidade Solidária - os programas inovadores e o fortalecimento do Terceiro Setor -, a Interlocação Política abre novas frentes e novos horizontes.

Esta é a nossa proposta e nosso compromisso com a construção de um Brasil mais justo.

-----

\* Economista, é Assessora Especial do Conselho da Comunidade Solidária

**Secretaria Executiva**

*A Comunidade Solidária tem, além do Conselho, uma Secretaria Executiva, que trabalha pela integração dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – e as instituições da sociedade civil. Seu principal objetivo é garantir que os gastos na área social sejam mais eficientes e resultem em um melhor atendimento das populações mais carentes.*

*Vinculada à Casa Civil da Presidência, a Secretaria Executiva é o braço governamental da Comunidade. E concentra esforços nos 1.369 municípios mais pobres do país, escolhidos por critérios técnicos, a partir de estudos do Ipea ( Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e dados da Unicef e do IBGE.*

*Esses municípios têm prioridade para receber programas oficiais de combate à pobreza e à exclusão social, nas áreas de redução da mortalidade infantil, alimentação, apoio ao ensino fundamental, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural, geração de renda e educação profissional.*

*Os programas são executados por vários ministérios – Saúde, Planejamento, Educação, Trabalho e Agricultura – com a coordenação da Secretaria Executiva.*

*A estratégia de melhoria de gestão das ações governamentais pela descentralização e integração no nível local visa uma melhor utilização dos gastos sociais, assim como a superação da fragmentação das políticas sociais e das praticas ultrapassadas de clientelismo e fisiologismo.*

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)